

Janice Rodrigues Placeres Borges
*Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental. Professora do
Departamento de Agronomia da UFSCAR.
E-mail: janicepb@terra.com.br*

Fazal Hussain Chaudrhy
*Doutor em Engenharia Hidráulica e Sanitária. Professor do Depto.
de Hidráulica e Saneamento, EESC, USP.*

Pedro Ferreira Filho
*Doutorando em Estatística. Professor do Depto. de Estatística,
UFSCAR.*

Trabalho recebido em:
19/07/2004

Aprovado para publicação em:
10/01/2005

REPRESENTAÇÕES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM INSTRUMENTO PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO PANTANAL¹

RESUMO

O Pantanal e as comunidades tradicionais, que o habitam, vêm sofrendo, nas últimas décadas, os impactos das atividades econômicas desenvolvidas no planalto e na planície pantaneira. O objetivo deste trabalho é dar voz às essas comunidades, por meio de um estudo da percepção, que possuem, a respeito dos usos múltiplos da água, do processo decisório e dos impactos sociais, econômicos e ambientais que serão ocasionados com a implantação do projeto de revitalização da via fluvial Paraguai-Paraná. Desta forma, é reconhecido o estudo das percepções/representações sociais como um instrumento fornecedor de valiosos subsídios para o sucesso da gestão e planejamento hídrico na região pantaneira.

Palavras-chave: percepção social, gestão dos recursos hídricos, comunidades tradicionais

REPRESENTATIONS OF TRADITIONAL COMMUNITIES: AN INSTRUMENT FOR THE MANAGEMENT OF WATER RESOURCES IN THE PANTANAL

ABSTRACT

The traditional Pantanal and communities that inhabit it come suffering, in the last decades, the impacts of the developed economic activities in plateaus and the pantaneira plain. The objective of this work is to give voice to these communities, by means of economic and ambient a study of the perception that they possess regarding the multiple uses of the water, the power to decide process and the social impacts, that will be caused with the implantation of the project of revival of the fluvial way Paraguay-Paraná – recognizing, thus, the study of the social representation as a supplying instrument of valuable subsidies for the success of the water resources management and water planning in the pantaneira region.

Key words: social perception, water resources management, traditional communities

¹ Apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa, que deu origem a este artigo foi, desenvolvida entre 2000 e 2002, e baseou-se em percepções de ribeirinhos e pantaneiros que habitam o Pantanal de Barão de Melgaço, um dos dez sub-pantaneais que formam o Pantanal Matogrossense – o maior sistema inundável do mundo – visando dar voz às comunidades tradicionais para compreender, do ponto de vista das representações dessas populações, as interferências diretas em seus modos de vida ocasionadas pelos impactos sofridos pelos recursos hídricos da região, acarretados pelas atividades econômicas desenvolvidas no planalto e na própria planície pantaneira. Para tanto, baseado em Sigaud (1990), uma das autoras de maior tradição em estudos sobre populações atingidas por projetos hídricos de larga escala, enfatizou-se o modo de ocupação sócio-econômica do espaço a ser impactado, a diferenciação social entre os grupos a serem atingidos e sua interação com o meio ambiente local.

Dessa forma, optou-se pelo estudo de caso, e a escolha recaiu sobre a população da Comunidade do Estirão Comprido, uma comunidade de pescadores às margens do Rio Cuiabá e sobre os moradores do Distrito de Mimoso, uma comunidade de tradicionais criadores de gado. Essas comunidades interagem de maneira diferenciada com o ambiente local. Porém, possuem seus modos de vida calcados na dinâmica marcada pelo ciclo das águas.

Foi realizada pesquisa de campo com aplicação de, aproximadamente, 300 questionários, baseados no modelo desenvolvido por Syme & Nancarrow (1996), composto por blocos temáticos (I – percepção de grau de justiça em usos múltiplos da água; II – percepção de impactos sócio-ambientais e água; III – grau de informação e associativismo e IV – perfil sócio-demográfico do entrevistado).

Como estudar as representações dos membros dessas comunidades e que categorias teórico-analíticas utilizar, foi uma questão que emergiu naturalmente. O enfoque adotado foi o de Lefebvre (1991:223), para quem “o vivido é formado tanto pela vivência da subjetividade dos sujeitos quanto pela vivência social e coletiva dos sujeitos num contexto específico”.

As respostas dadas aos questionamentos e os relatos da população, recolhidos na referida pesquisa, foram tomados como inferências empíricas dos modos de vida perfeitamente adaptados ao ritmo das águas e aos recursos naturais disponíveis. Nesses modos de vida, os eixos centrais são as famílias e suas relações com o ciclo das águas, as

áreas alagáveis, os campos pantaneiros, o trabalho e os saberes tradicionais.

Na atualidade, o Pantanal vem sofrendo com os vários impactos que trouxeram mudanças ao ambiente, ocasionados por condições práticas e atividades que afetam e alteram os tradicionais modos de vida das comunidades, tornando-as vulneráveis, como por exemplo, contaminação das águas do Cuiabá por efluentes domésticos e industriais; contaminação química da água proveniente da agricultura e por metais pesados, associados à mineração, perda de acesso a espaços vitais para a produção, coleta e extração de produtos naturais, entre outros. Essas mudanças se intensificaram com o processo de modernização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola.

2. PERCEPÇÃO SOCIAL: UM INSTRUMENTO PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A participação social, em assuntos que envolvam usos, gestão e planejamento de recursos naturais é um tema de suma importância nas discussões sobre cidadania, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, entre outras. Na Agenda 21, é reconhecida a importância da participação da população local em decisões que envolvam o ambiente, e destaca a relevância do envolvimento de povos indígenas e comunidades tradicionais, uma vez que desempenham um papel crucial para a conservação e manutenção do sistema ecossocial, devido aos seus conhecimentos e práticas tradicionais. Porém, a eficácia da participação social depende, cada vez mais, da aceitação da pluralidade de pontos de vista, de interesses e de valores. A lei 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, estabelece os princípios básicos e um conjunto de instrumentos para a gestão das águas. Entre eles se destaca a possibilidade concreta dos atores locais intervirem nos processos decisórios – baseado na mobilização de segmentos da sociedade organizada.

Contudo, estudos, como o de Ingram (1997), comprovam que os caminhos da participação na gestão dos recursos hídricos são, muitas vezes, estranhos ao grande público. No caso da América Latina, completa Corten (1996), a participação é puramente instrumental. Roberts (1997) completa esse raciocínio afirmando que, devido à forma como a política é colocada, acaba-se transformando ou no clientelismo ou na autonomia. Segundo Lanna (2000), no caso brasileiro, ainda são poucas as organiza-

ções sociais que se ocupam dos recursos hídricos e, onde elas existem, são fortemente controladas pelo Estado e com poucas atribuições, governantes e sociedades organizadas se vêem como adversários e não como parceiros e, em geral, as sociedades organizadas assumem mais a função de reclamantes do que de colaboradoras, o que torna sua participação quase nula.

Sendo assim, estudos das representações sociais dos indivíduos e dos grupos sociais assumem um papel da maior relevância no gerenciamento dos recursos naturais, uma vez que, são instrumentos que podem ser transformados em canais de acesso para a participação, mesmo que indireta, de grupos social e politicamente “invisíveis” na gestão e planejamento hídrico (Vanssay, 1998).

De acordo com Minayo (1995), a relevância do estudo da percepção reside no fato da percepção ser a representação que um indivíduo ou grupo expressa da realidade, justificando-a, questionando-a ou explicando-a. Para Sen Gupta (1993) a importância de estudos da representação social centra-se no fato de que a percepção da população local está estritamente associada ao ambiente particular no qual vivem, às suas práticas sócio-econômicas e às suas exposições a esses conjuntos.

Na última década, o estudo da percepção social vem sendo aplicado, principalmente, nos países europeus, como um instrumento para o gerenciamento hídrico. Tunstall (2000) e Green (1998), realizaram vários estudos, junto ao público britânico, sobre usos da água, verificando que as agências responsáveis pelo recurso e os gestores e planejadores necessitam de suporte político e público para o implemento de suas atividades, assim como para conservar ou preservar os recursos hídricos. Green (1998:516) destaca, ainda, a importância de estudos de compreensão sociológica para o gerenciamento das águas, visto que “a representação social é significativamente determinada pelo contexto cultural e pelo desempenho, por parte dos cidadãos, de seu papel social. Consequentemente, há significantes diferenças dentro da sociedade a respeito da percepção de temas ligados ao acesso dos indivíduos à água”. O desconhecimento dessa pluralidade provoca o fracasso de metodologias de monitoramento e de gerenciamento dos recursos hídricos.

3. O PANTANAL

O Brasil é possuidor de vasta extensão de áreas alagadas naturais e artificiais. Entre elas destaca-se o Pan-

tanal Mato-grossense – o maior sistema inundável do mundo. O Pantanal é uma planície inundada sazonalmente, localizada no centro da América do Sul, com altitude média entre 80-100 m e uma área de 136.700 km², distribuída nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso de Sul, no Centro-Oeste brasileiro. A área contém um dos maiores sistemas contínuos de áreas úmidas do mundo, posicionado geomorfológica e hidrologicamente para atenuar e reduzir o escoamento superficial da bacia do Alto Paraguai.

Adámoli (1981) identificou dez sub-pantanaís: o de Cáceres; Poconé; Barão de Melgaço; Paiaguás; Nhecolândia; Aquidauana, Paraguai; Miranda; Nabileque e Abobral.

Silva (1990), por sua vez, dividiu o ciclo hidrológico do pantanal em fases: enchente (outubro-dezembro), cheia (janeiro-março), vazante (abril-junho) e estiagem (julho-setembro). Esta variação hidrológica é responsável pela renovação da vida na região.

A sazonalidade de seu regime hídrico e o entremeado de áreas não alagáveis, é que permite a presença humana na região. O Pantanal é habitado por numerosas comunidades indígenas, que desenvolveram estratégias adaptativas diferentes para cada paisagem, e por diversos grupos locais são encontrados: pescadores, garimpeiros, peões de gado, fazendeiros, coureiros e machadeiros. Essas populações são portadoras de uma outra cultura, de seus mitos próprios e de relações como o mundo natural, distintas daquelas existentes nas sociedades urbano-industriais (Diegues, 1996:280) que é perfeitamente adaptada ao ritmo das águas e aos outros recursos naturais disponíveis.

Em geral, esses grupos, pelo seu estilo de vida tradicional têm uma relação extraordinária com o meio ambiente, manifestada numa intensa interação com as condições ecológicas (Blumenschein & Neuberger, 1996). Porém, o atual, modelo de ocupação do solo e de uso indiscriminado e em grande escala dos recursos naturais da área afeta demasiadamente, desde a década de 50, as estratégias de sobrevivência dos mesmos e o ambiente natural.

A revitalização da Hidrovia Paraguai-Paraná se insere nos planos de ampliação da infra-estrutura de transporte dos países do Mercosul, tendo, como objetivo, baixar os custos e tornar alguns produtos mais competitivos no exterior. Para pesquisadores e ambientalistas, os impactos desta podem causar severos danos ao meio ambiente e, conseqüentemente, deteriorar as formas e estilos de vida dos seres vivos que dependem do ambiente pantaneiro para sobreviver.

4. AS COMUNIDADES ESTUDADAS: OCUPAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E ASPECTOS CULTURAIS

O Pantanal da região de Barão de Melgaço, com 97,5 % de seu território encravado na planície pantaneira, é uma área suscetível a alagamentos periódicos de sua planície, através do extravasamento das águas do rio Cuiabá, daí possuir uma dinâmica marcada pelo ciclo das águas. A região também é área de influência do Rio Paraguai, pois se encontra em sua bacia hidrográfica.

Segundo Silva (1995: 02), ribeirinho significa a população que vive à beira dos rios, com maior identificação com a água do que com a terra, e com atividade, predominantemente, pesqueira, apoiada pela agricultura de várzea e de terra firme. Ribeirinho se opõe a categoria pantaneiro, que mais do que uma ligação com um espaço geográfico, descreve uma condição sócio-econômica ligada à pobreza. O termo pantaneiro designa tanto uma categoria social associada à propriedade da terra, às grandes fazendas do Pantanal mato-grossense, ao gado numeroso e à riqueza, assim como, ao pequeno pecuarista.

De acordo com Hamilton (2003), com base em seus estudos hidrológicos, com a implantação do projeto de revitalização da Hidrovia Paraguai-Paraná, o sub-pantanal de Barão de Melgaço seria a área mais impactada do Pantanal, pois, teria sua área de inundação reduzida em mais de 50%, caso o leito do rio seja rebaixado em 25 cm, para dar passagem aos comboios de chatas, afetando drasticamente as comunidades tradicionais. Por exemplo, no caso dos portos, áreas onde os ribeirinhos desenvolvem suas relações sociais, com o rebaixamento do leito os portos ficarão a dezenas de metros de distância da beira De-água.

4.1. A COMUNIDADE DE PESCADORES “ESTIRÃO COMPRIDO”

A comunidade do Estirão Comprido, localizada no município de Barão de Melgaço, situa-se as duas margens do rio Cuiabá e a 15 km à jusante da sede do município. Limita-se na margem esquerda com as morrarias que delimitam a baía de Chacororé.

Sobre a forma de ocupação do território que, para esses pescadores, o espaço da frente das casas é identificado com o rio, visto suas residências terem as fachadas sempre voltadas para o mesmo, como também, a vida pública, com as festividades do período da *lufada*, sendo um local de encontros, assumindo importante função no processo das relações sociais da comunidade.

O porto, para os ribeirinhos, tem sua conotação cultu-

ral. É um espaço eminentemente masculino, onde se discute questões locais ou ligadas a pesca, onde se realiza parte do aprendizado dos jovens pescadores e se reparam as redes. As mulheres o freqüentam, praticamente, em dois momentos do dia: na hora de lavar a roupa e as “tralhas” da cozinha, pescar o almoço e limpar o pescado; e, no final da tarde, na hora do banho da família.

Nos espaços atrás das casas – as áreas alagadas sazonalmente (*os pantanais*) e as morrarias, a comunidade executa algumas atividades agrícolas e a pecuária, ambas em caráter de subsistência. Faz-se necessário ressaltar que todas as atividades que esses ribeirinhos realizam nessas diferentes unidades biogeográficas estão intimamente relacionadas com as fases do ciclo hidrológico.

Na atualidade, a pesca está se tornando uma atividade cada vez menos rentável, devido aos efeitos da pesca predatória e às atividades impactantes realizadas no planalto, como a agricultura não sustentável, o garimpo, etc.

4.2. OS MIMOSEANOS

O distrito de Mimoso, nome derivado do capim nativo que cobre a área alagável, no Município de Santo Antônio de Leverger, dista aproximadamente 230 Km da capital do estado do Mato Grosso e situa-se às margens da Baía de Chacororé.

Os Mimosoanos interagem com três unidades de paisagens: a morraria, a área alagável e a baía. De acordo com Silva (1995), a morraria é utilizada para retirada de madeira, de plantas medicinais e para fuga do gado durante as cheias; o sopé do morro ou “firme”, de aproximadamente 300 m de largura, por não ser alagável, é utilizado para abrigar as casas, as roças, árvores frutíferas e para a criação de suínos e galinhas; a área alagável ou “largo” – forrado de capim mimosos – é utilizada de forma comunal, onde é criado o gado.

Os pantaneiros de Mimoso sobrevivem em um ecossistema dominado pela presença e fluxo das águas: às margens da piscosa baía de Chacororé, são também tradicionais criadores de gado. Possuir gado dá prestígio e é, também, a continuidade de uma tradição trazida pelos bandeirantes paulistas vindos de Bauru. Na atualidade, a pecuária é uma atividade dificultada pela perda de grande parte das pastagens comunais – hoje cercadas – dificultando o acesso do gado ao alimento.

Na década de ‘70, a construção de um aterro/estrada de 24 Km, de Mimoso a Porto de Fora, trouxe gradativamente sérios danos ao alagar, permanentemente, mais de 13.000 hectares de pastos naturais comunais, transformando-o em

um imenso “brejo” e interrompendo o caminho das águas dos peixes na sua volta ao canal dos rios e lagoas.

Recentemente, o turismo chegou a Mimoso, devido à beleza das baías de Chacororé e Sinhá Mariana, que se encontram a mercê da especulação imobiliária.

6. AS PERCEPÇÕES DAS COMUNIDADES

6.1. USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Os dados relativos à percepção das comunidades a respeito de um grau de justiça em uso da água para diversas finalidades (satisfação das necessidades urbanas, turismo, mineração, agricultura, pesca e navegação), revelam que as famílias têm queixas, principalmente, da utilização da água pelas atividades relacionadas à mineração e ao turismo (Tabela 1), as quais consideram como um uso injusto das águas, conforme evidenciam os relatos abaixo:

“A mineração é ruim, tem o problema do mercúrio. Ele estraga a qualidade da água e faz mal pra gente, pros peixe (...)” (A. S., pescador, 76 anos, Estirão Comprido, MT).

“O turismo é ruim para o pessoal da beira do rio, porque eles não deixa nada aqui e destrói o rio, os peixe, deixa sujeira. Se você tá lá no rio limpando um peixe, precisa segura tudinho, senão vem a onda das lancha e tira tudo. Eles passam correndo que só. Você não tem uma água limpa pra toma banho O turista que vem de Cuiabá é o turista que traz sujeira no chão ou jogam no rio”. (J. A. P., pescador-agricultor, Estirão Comprido, MT).

Quanto à utilização da água para todo tipo de supri-

mento urbano, as percepções, em sua maioria, são favoráveis em dividir as águas do Pantanal com as cidades e seus setores. Em poucos relatos, foram encontradas as objeções do relato que se segue:

“As influências dessa região nossa são as cidades, que são formadas à margem do rio Cuiabá. Começa por Rosário, onde o esgoto é jogado no Cuiabá. Depois vem Cuiabá que faz o mesmo. Depois vem Santo Antonio e Barão que jogam também. O ri que está secando, virou um esgotão a céu aberto e prejudicando de uma forma sem limite as comunidades”. (C. R., educador, 72 anos, Mimoso, MT).

A respeito do uso da água para pesca, agricultura e navegação, as percepções foram positivas, porque a maioria se deteve, apenas, ao modo de vida das comunidades e suas práticas tradicionais. Poucas foram as falas que mostraram uma percepção mais aguçada, com as que se seguem sobre agricultura e os impactos ocasionados pelo de embarcações:

“A agricultura de vazante, do modo dos antigo é boa, não destrói o Pantanal. Agora quando plantam e usam veneno é ruim. Um fazendeiro comprou umas terra lá pra cima e transformou até a bera do rio em plantação. Então esse veneno é jogado e o peixe não sobe e agora a gente não sabe se é porque a água está contaminada por agrotóxico”. (C.R., aposentado, 73 anos, Mimoso, MT).

Refletindo sobre o conjunto de relatos, conclui-se que as atividades/ usos da água, percebidas como justas, correspondem as atividades que mais caracterizam o modo de vida de ribeirinhos e pantaneiros (pesca, agricultura de vazante e navegação de pequeno porte). Por outro lado, os usos considerados como injustos (mineração e turismo) são aqueles que ameaçam a manutenção desse modo de vida, pois intervêm, mais diretamente, no cotidiano e na qualidade de vida das famílias, e suas comunidades e na qualidade do ambiente natural.

6.2. PERCEPÇÃO DE IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

A análise, que se desenvolve a seguir, busca captar, por meio dos relatos, as percepções das comunidades a respeito de algumas ações necessárias para se desenvolver e manter uma hidroviária, atividades decorrentes e impactos socioeconômicos, como por exemplo, edificação de estruturas físicas, dragagem, tráfego intenso de embarcações e hidrovia e geração de progresso.

Estudos realizados sobre a cadeia de impactos físicos e

Tabela 1

Porcentagem de respostas quanto ao grau de justiça em usos múltiplos da água

Usos	Justo	Injusto	Não Sabe
1. Pesca	78.3	1.8	/
2. Agricultura de vazante	84.6	5.4	/
3. Navegação	83.7	6.6	/
4. Preservação de áreas alagáveis	75.9	8.4	0.3
5. Suprimento urbano	65.7	16.6	/
6. Atividades de turismo	57.5	40.1	/
7. Mineração e beneficiamento	21.7	76.8	0.3

biológicos, que o implemento da Hidrovia poderá ocasionar, indicam que as obras projetadas e ações para manutenção da Hidrovia prejudicarão partes dos sistemas de áreas alagáveis ao longo do projeto, afetando a condição de esponja natural do Pantanal Matogrossense – responsável pela regularização do fluxo de água dos rios Paraguai-Paraná. Por sua vez, isso aumenta os riscos de inundações em várias cidades argentinas (Bucher & Bonetto, 1994).

A dragagem e a navegação intensa de comboios de chatas, afetarão o ecossistema ribeirinho e ocasionarão erosão das margens e do fundo do rio. Entre outros impactos, espera-se também a redução da produção de alimentos nas comunidades tradicionais, visto que são dependentes do equilíbrio do sistema para darem continuidade a seus modos de vida. No caso das comunidades ribeirinhas, serão as primeiras a sentirem os efeitos negativos.

Quando consultados se a construção de muros de contenção de barrancos e dragagem do material do fundo do rio causam impactos negativos ao ambiente ribeirinho, praticamente, a metade das percepções dos entrevistados teve uma representação positiva sobre construção de tal obra. A relevância desses relatos positivos está no fato de serem relatos de ribeirinhos, que se ocupam da pesca tradicional e da agricultura de vazante. Uma ribeirinha esclarece essa percepção apontando para as dificuldades cotidianas enfrentadas, devido ao atual estado de assoreamento do rio Cuiabá – fato que vem causando preocupação e angústia, em relação ao presente e futuro próximo:

“Do jeito que está não dá pra fica. O rio está acabando, precisa fazê esses muros pra segura o barranco. Senão, como nós vai vive? E nossos filho, o que vai ser deles? Se eu não sei nem o que vai ser de mim... Tá desbarrancando cada tempo mais. O Pantanal é uma natureza que vem de Deus. Mas, eu concordo que se eles quiserem mesmo preservar o Pantanal, eles tinham que faze esses muro”. (M.S., ribeirinha, 34 anos, Estirão Comprido, MT).

Assim, atividades como a dragagem, surgem, para os ribeirinhos, como uma solução para o assoreamento do Cuiabá e seus afluentes com a idéia de melhoria da situação de sobrevivência e locomoção pelos rios, que são, para essas comunidades, o caminho natural de acesso a qualquer lugar. Algumas falas são carregadas de nostalgia dos tempos idos de fatura da agricultura de vazante e do tráfego das barcas comerciais pelo Cuiabá.

Quanto ao tráfego intenso de embarcações que o implemento da Hidrovia causará e aos seus impactos no

ecossistema do rio e nos modos de vida das comunidades, as percepções se dividem. Os relatos contrários, que em sua maioria são dos pescadores e ribeirinhos, revelam que a circulação das embarcações, os ruídos e as ondas, por elas causadas, impactarão ainda mais os barrancos, afugentarão o pescado e trará interferências às atividades e práticas cotidianas das comunidades, como a de higiene pessoal e as dos alimentos, tradicionalmente realizadas na beira do rio e das baías.

“Hoje o Cuiabá não é mais o que era. No outro tempo, aqui tinha de tudo. Agora o Cuiabá ta raso. Quando entra aqueles marajó lá de baixo, as ondas bate e vai cortando o barranco, cai tudo. Para o pessoal da beira do rio, esses barco de turista, de pescador de fora, é ruim, porque é muito e destrói o rio. Imagina agora aquelas chata imensa...” (A.J, agricultor-pescador, Estirão Comprido, MT).

Observa-se, por meio dessa fala, que os impactos do tráfego intenso interferem mais na vida daqueles que possuem uma interação maior com o rio, o que não é o caso dos mimoseanos, porque interagem com as baías e as áreas alagáveis. Já, nos relatos dos pantaneiros de Mimoso, percebe-se, com clareza, a percepção que possuem dos impactos ambientais em sua região, originados de um grande embrejamento favorecedor do aparecimento de uma nova paisagem e espécies lenhosas e daninhas nos campos, comprometendo a alimentação do gado.

Em relação aos impactos que o implemento da Hidrovia Paraguai-Paraná poderá ocasionar, nas duas comunidades, a percepção transmite certa insegurança e apreensão. Já os que o aguardam com esperança, notadamente, os mais jovens, esperam que o implemento traga a abertura de postos de trabalho. Os relatos de dois mimoseanos resumem essas expectativas:

“Talvez a Hidrovia traga mais turistas pra nossa região. Isso é bom, porque vai aumentar o emprego de garçon, de piloto, cozinheira (...)” (A.C.F., 31 anos, Mimoso, MT)

“A hidrovia, o pouco que conheço, ela tem objetivo econômico de servir a grandes interesses, que não são os interesses nossos, da comunidade pantaneira. Se ela for concretizada, eu acho que ela vai trazer prejuízo pra nós e para o Pantanal”. (C.R.R., 56 anos, pecuarista, Mimoso, MT).

Esse último relato dá ênfase ao valor comunitário da água e à preocupação com a conservação do ambiente pantaneiro para as comunidades pantaneiras.

6.3. INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A inclusão desses dois fatores, informação e envolvimento público, tiveram por objetivo, destacar como os mesmos são fundamentais para o processo de gestão.

A respeito de informações sobre o projeto e de sua participação em processos decisórios que envolvam os recursos hídricos, disseram não ter recebido qualquer informação. Esse baixo grau de informação vem a confirmar que “os esteriótipos fixados pelos meios de comunicação, aliados a uma educação pública insuficiente, criam um ambiente social pautado por escasso conhecimento a respeito dos problemas atuais e futuros e dos acessos para resolvê-los” (Jacobi, 2000:123). Isso, sem falar que muitas informações são passadas de forma inteligível pelas comunidades. Disseram que foram convidados a participar de uma reunião, que explicaria o Projeto. Os que afirmaram ter ido a tal reunião acreditam que haja falta de seriedade e imparcialidade durante o processo decisório. Em geral, vêem esse tipo de processo como uma fraude.

“Eles vem, fazem aquelas reuniões de Xuxa, de Raul Gil, que já sabe o vai falá, o que vai fazê. Esse tipo de reunião... Eu acho que tem que ter assembleia com o povo mesmo. Para o povo sabê o que é, e dar sua opinião, porque, mesmo sendo analfabeto, ele tem história, ele tem conhecimento. Mas, participar desse circo armado, não” (C.R., 73 anos, Mimoso, MT).

Nota-se, confirmado pelo relato acima, que, quando consultados sobre a possibilidade da participação popular em processos decisórios acreditam que o povo possa participar, mas, no entanto, existe desconfiança do desenrolar do processo, pois, o vêem como instrumento de manobra em favor de “interesses mais altos”.

Dessa forma, não o vêem como espaço de luta, de reivindicações ou colaboração. Porém, se reconhecem como possuidores do direito de estar participando da gestão dos recursos hídricos, deixando, assim, em aberto, um canal para engajamento futuro.

7. CONCLUSÕES

Os relatos dos membros das comunidades revelam que a percepção dos membros das comunidades sobre usos justos e injustos da água estão, intimamente, relacionada àqueles usos que, no nível individual e comunitário, apresentam aspectos que mais diretamente intervêm, positivamente ou negativamente, no cotidiano e no modo de vida

dos mesmos. Daí, serem distintas as percepções de ribeirinhos e mimeoseanos em várias questões, como por exemplo, sobre a edificação de obras que impactarão o sistema aquático e tráfego de embarcações.

Sobre a representação que fazem das atividades e ações apresentadas e necessárias para o implemento de uma Hidrovia, consideram como negativas ou positivas a medida em que os impactos sócio-ambientais são associados como causadores ou não de impactos localizados, domiciliar e comunitário. Contudo, certas ações, comprovadamente impactantes, em relação ao ambiente aquático são consideradas positivas por ribeirinhos e pantaneiros, devido ao atual estado de assoreamento dos rios e baías, com os quais mantém uma relação simbiótica, ou seja, vital. Daí, concluir que algumas ações impactantes são vistas como solução para a manutenção de seus modos de vida.

Quanto ao grau de informação, a pesquisa revela a marcante falta da mesma nas duas áreas de estudos, apontando para campanhas informativas, governamentais, ou pelas ONGS da região ou pelas associações locais, de forma que as comunidades possam entender e atuarem como multiplicadoras das mesmas. Com respeito à participação na gestão dos recursos hídricos pantaneiros, apesar de se reconhecerem como co-responsáveis pela gestão desse recurso, as comunidades a vêem como instrumento de manobra a serviço de “interesses mais altos”, como alguns disseram.

Em síntese, é lícito afirmar que as representações dessas comunidades tradicionais do Pantanal centradas na família, no ritmo das águas, nas tradições culturais e nas relações simbióticas com os diversos ecossistemas pantaneiros soam um instrumento de suma importância para a gestão dos recursos hídricos da região, uma vez que, são formadas tanto pela vivência da subjetividade desses ribeirinhos e pantaneiros quanto pela vivência comunitária num contexto dado pela degradação do ambiente natural pantaneiro e pelas “ameaças” por projetos futuros. O importante é o que foi escolhido para ser relatado a fim de perpetuar o presente dessas comunidades quando novas e inusitadas situações emergem, trazendo consigo a possibilidade do fim de modos de vida tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÂMOLI, J. A. O Pantanal e suas relações fitogeográficas com os cerrados. Congresso Nacional de Botânica, Teresina: Sociedade Brasileira de Botânica, 1981.

- BLUMENSCHHEIN, M. & NEUBERGER, M. O espaço rural na bacia do alto Paraguai. Transformações sócio-espaciais. Berlin, Tübingen: UFMT, 1996.
- BUCHER, E. & BONETTO, A. Hidrovia. Humedales para las Américas, Manomet, Massachusetts: NUPAUB, 1994.
- CORTEN, A. A ordem do discurso: da participação à política. Lua Nova – Revista de Ciência e Política, n. 37: 191-208, 1996.
- DIEGUES, A.C. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: HAMILTON, S. Inundation patterns in the Pantanal wetland of South America determined from passive microwave. Arch. Hydrobiol, 2003.
- INGRAM, H. Water and Equity. The Common Property Resource Digest. (Quarterly publication of the IAS-CP)1997.
- JACOBI, P. Cidade de meio ambiente – percepções e práticas em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2000.
- LANNA, E. A. “Conclusions and Recommendations, or rather, lessons received”. Water resources management brazilian and Europe trends and approaches, ABRH, 2000.
- LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ed. Ática, 1991
- MINAYO, M. C. S. O conceito de representação social. In: P. A. GUARESCHI, S. JOVCHELOVITCH, S. (Org.), Textos em representações sociais, Petrópolis: Vozes, 1995.
- ROBERTS, B. R. A dimensão social da cidadania. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 33, 1997.
- SEM GUPTA, S. Percepções da população de Almedabad. Revista de Geografia da UNESP, v. 12, 1993.
- SIGAUD, L. Avaliação de aspectos sociais da produção de energia elétrica. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1990.
- SILVA, C. J. da, No ritmo das águas do Pantanal. São Paulo: NUPAUB, USP. 1995.
- SYME, V. & NANACROOW, G. “Planning attitudes, lay philosophies, and water allocation”. Water Resources research, v. 32 (6): 1843-1850, 1996.
- TUNSTALL, S. Public perception and uses of the water environment: some British research experiences. UNESCO, Paris, Zebidi: IHP, 2000.
- VANSSAY, B. Construire la concertation autour d’une modéle des rapports à l’eau. Water: looming crisis? UNESCO. Paris, 1998.